



O Espelho

EDIÇÃO 273 - JULHO | AGOSTO - 2016

27

Congresso dos Funcionários do BB



- Em defesa dos Bancos Públicos
- Definidas as reivindicações específicas da Campanha Nacional Unificada 2016

27º Congresso organiza a luta em defesa dos bancos públicos

O 27º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil reuniu 323 representantes de todo o país entre os dias 16 e 19 de junho, em São Paulo, que definiram como prioridade a unidade e a resistência em defesa dos bancos públicos e aprovaram as reivindicações que constarão da pauta específica da Campanha Nacional 2016.

A mobilização começou antes mesmo do Congresso com o combate, na Câmara dos Deputados e no Senado, ao projeto de lei do senador tucano Aécio Neves, que alterou as regras de governança e a composição acionária das empresas públicas. Movimentos sociais, centrais sindicais, Contraf e sindicatos fizeram manifestações e caravanas ao Senado e Câmara dos Deputados, coordenadas pelo “Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas”, criado por iniciativa dos bancários.

A chamada Lei de Responsabilidade das Estatais foi sancionada com vetos em 30 de junho pelo governo interino.



A mobilização dos trabalhadores conseguiu alterações importantes ao projeto original, conseguindo preservar o controle estatal sobre o BB, Caixa, BNDES, Petrobrás e dezenas de empresas de fundamental importância para a economia e desenvolvimento do Brasil.

Dentre as alterações conseguidas estão a retirada da obrigatoriedade de todas as empresas se tornarem sociedades anônimas, o que fragilizaria

o controle do governo e o caráter público de empresas como a Caixa, o fim da exigência de não terem mais ações preferenciais, o fim da obrigatoriedade de todas as empresas terem pelo menos 25% de suas ações negociadas no mercado. Os pontos mais profundamente neoliberais e privatistas foram retirados, mas a luta continuará para fortalecer as empresas públicas e evitar o seu enfraquecimento e privatização.

Fora Temer, para preservar os direitos dos trabalhadores

Os delegados ao 27º Congresso do BB também definiram o combate ao governo ilegítimo de Temer como bandeira unitária para barrar as tentativas de reduzir direitos trabalhistas e previdenciários. As ameaças já estavam presentes desde a posse do novo governo, em 2014, e se aprofundaram com o

golpe dado pelos setores mais conservadores da sociedade, financiados por empresários e com apoio de setores do Judiciário. Há inclusive denúncias da compra de votos para aprovar projetos de lei de interesse dos empresários.

Congresso do BB aprova paridade de gênero em decisão histórica

Fruto de um debate maduro, os delegados e delegadas do 27º Congresso decidiram de forma consensual que para o próximo Congresso os sindicatos buscarão a paridade: 50% de homens e 50% de mulheres, o que refletirá a distribuição de gêneros no próprio BB. Além de se tratar de uma política de inclusão das mulheres nas decisões, a orientação para os que as delegações sejam compostas de forma paritária contribuirá para evolução do debate sobre igualdade dentro do banco e fortalecerá a luta das mulheres na sociedade.

Embora existam sindicatos e delegações que há tempos buscam composições de igualdade entre os gêneros, ela não é efetivada na composição geral do Congresso. Este ano a participação de mulheres foi de 34,36%, 111 dos 323 delegados.

A Contraf-CUT e a Comissão de Empresa dos Funcionários do BB promoverão debates com os sindicatos para fortalecer e viabilizar a decisão sobre paridade de gênero para o próximo Congresso.

Manter a campanha unificada e lutar por novos avanços

A luta dos bancários nos últimos anos foi marcada pela campanha salarial unificada. Iniciada em 2003, a luta unificada dos bancários conquistou quase 21% de aumento real nos salários, comissões e VR e 38% no piso salarial dos funcionários do BB. De 1994 a 2002 os governos

tucanos não admitiam negociar acordos unificados, impuseram 7 anos de congelamento salarial e uma redução real de 40% nos salários. Temer e seu governo golpista acenam com a volta do período tenebroso dos tucanos e por isso o Congresso dos Funcionários votou pela manutenção

da campanha unificada.

O funcionalismo do BB vai lutar pela continuidade dos aumentos reais nos salários e em todos os benefícios. O índice de reajuste vai ser definido na Conferência Nacional dos Bancários, que acontecerá de 29 a 31 de julho.

Principais resoluções e propostas aprovadas

Remuneração e condições de trabalho

- Manutenção da Minuta específica quanto ao novo PCR com interstícios de 6% na tabela de antiguidade e 6% na carreira de Mérito, com piso do Dieese
- VCP-R – Verba de Caráter Pessoal para funcionários que sofrem perdas de cargos e redução de salário nas reestruturações
- Campanha Nacional para cobrança ao sobre o pagamento do Vale Refeição e Alimentação durante a licença maternidade
- Negociação específica para tratar da Carreira Técnica de Nível Superior
- Amplo debate sobre uma nova organização dos cargos dentro do BB, considerando as propostas de criação e equiparação de cargos que constam da minuta
- Continuar a luta pela isonomia entre funcionários pós-98 e oriundos de bancos incorporados.
- Contratação de mais funcionários

Organização do Movimento

- Garantir um representante sindical de base por prefixo e/ou local de trabalho.
- Não constar nenhum registro no ponto eletrônico sobre código de falta de greve
- Ter como bandeiras de luta no BB a isonomia, novo Plano de Carreira, Cassi e Previ para todos e volta das substituições

Banco do Brasil e o Sistema Financeiro Nacional

- Reforçar o compromisso do Banco do Brasil de se constituir como instrumento de promoção de políticas públicas e desenvolvimento do país.
- Ampliar o debate com a sociedade e categoria bancária sobre os Correspondentes Bancários e a precarização do emprego bancário para pressão junto ao Legislativo.

Previ e Previdência Complementar

- Defender o fim do Voto de Minerva na Previ, reestabelecendo a consulta ao corpo social quanto às mudanças dos estatutos e regulamentos dos planos
- Revogação da resolução CGPC 26 e impedimento de quaisquer transferências de recursos da Previ para o BB
- Redução das despesas administrativas e das taxas de carregamento e administração
- Revisão do critério de pontuação da PIP, para possibilitar a contribuição 2b a todos os participantes, com paridade contributiva do patrocinador estendendo essa modalidade 2B e 2C para os planos de bancos incorporados
- Redução do prazo de elegibilidade para aposentadoria para 10 anos
- Criação de plano de benefício específico para formação de reservas com contribuições oriundas dos pagamentos de PLR, Cesta Alimentação e Auxílio Refeição, com contribuições paritárias das partes

Mesa de Ascensão Profissional avança e conquista



Negociação permanente aprimora debate

Foi concluída no início do mês de julho a Mesa Temática de Ascensão Profissional entre a Contraf-CUT e o Banco do Brasil. Ascensão, carreira, mais transparência e melhoria nos critérios dos processos seletivos, igualdade de oportunidades, cursos, treinamentos e crescimento profissional das mulheres no BB foram assuntos em debate nas três rodadas de negociação.

Houve avanço nos processos seletivos e ascensão, com propostas aprovadas que serão implantadas e o encaminhamento de outras sugestões dos funcionários, que serão objeto de estudo pelo BB. “O saldo positivo obtido nesta mesa ratifica o acerto da estratégia de negociação permanente através de mesas temáticas e grupos de trabalho. Entendemos que as questões relativas a ascensão profissional é um tema que sempre necessita de aprimoramento e melhorias. Quanto mais transparente forem as informações, melhor será a satisfação dos funcionários”, afirma Wagner Nascimento, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB.

A convite das federações e sindicatos, várias bancárias e bancários participaram em Brasília das discussões da Mesa de Ascensão Profissional, expondo visão sobre os processos seletivos e acrescentando informações aos debates já realizados nos locais de trabalho nos diversos estados do país.

Lívia Soares Morão, Gerente de Relacionamento da Ag. Estilo Belo Horizonte participou de uma das Mesas como convidada: “Participar da mesa de ascensão foi uma oportunidade única de expor a realidade do dia a dia que passamos na agência, dar sugestões, relatar os problemas e principalmente ser ouvida com atenção e interesse”, afirma.

Para Valmir Manzoli de Albuquerque, da agência Matriz-SP, a participação dos bancários da base na Mesa de Ascensão foi gratificante porque eles tiveram contato com os meandros do que acontece nos debates entre os representantes dos bancários e os do banco.

Após a apresentação de propostas, houve novos debates com sugestões a serem analisadas pelo BB. O relatório final da Mesa está disponível no site da Contraf-CUT.

Propostas específicas para Pessoas com Deficiência - PCD

- > Mapeamento do perfil da população PCD;
- > Flexibilidade de prazo e prioridade no sistema para movimentação quando a necessidade seja referendada pelo SESMT;

Além das propostas apresentadas, foi realizada uma oficina com Pessoas Com Deficiência, com o objetivo de melhorar as políticas de ascensão para este público.

Mais oportunidades para as mulheres

Ação afirmativa de gênero: aumento em 10% na proporcionalidade do número de inscritas para primeira investidura.

Esta medida tem por objetivo ampliar a participação feminina nos programas corporativos de ascensão profissional.

Avanços e propostas para implementação

- Prazo de 180 dias para segunda nomeação na mesma dependência, para evitar transferências para ascensão fora dos critérios
- Mínimo de 2 dias úteis de inscrição para novas oportunidades, exceto reestruturação
- Publicidade de vagas e oportunidades no SISBB e posteriormente com o TAO via WEB 2017/8
- Processos seletivos com consultoria da Gepes para as maiores unidades
- Nova formulação de curso de entrevista de seleção
- Criação do Painel Ascensão Profissional para dar mais publicidade de oportunidades e vagas
- Orientar e capacitar a Rede Gepes para aprimorar e ampliar o número de processos seletivos realizados com essa consultoria
- Capacitar gestores e fornecer modelos de seleção e encarecimento com melhores práticas a serem adotadas nas Unidades

Fortalecer o papel público do BB

A política de mercado adotada pela diretoria do Banco do Brasil está muito bem representada na frase definidora de sua missão: “Um banco de mercado, com espírito público”. Há vários anos a atuação do banco está cada vez mais parecida com a dos bancos privados, voltada para o mercado, e cada vez menos como empresa pública preocupada em fornecer crédito para a atividade econômica e geração de emprego.

A pressão por resultados e pela superação de metas de venda de produtos de seguridade e serviços bancários provoca reestruturações constantes e cada vez mais radicais, cortando postos de trabalho e eliminando comissões. A diretoria do banco se preocupa mais em gerar superávits orçamentários, mesmo através da venda de subsidiárias, do que atuar em atividades econômicas e áreas sociais que privilegiem a maioria da

população. A perda de controle de áreas de negócios com a seguridade transfere para o capital privado boa parte do lucro gerado pelo suor dos funcionários, que adoecem a cada dia para cumprir as metas inalcançáveis.

Com o governo golpista o quadro tende a piorar. O novo presidente do banco anunciou que sua meta é ter um retorno igual ao dos bancos privados. Para os funcionários, isto significa maior exploração do trabalho, controle de salários e benefícios, eliminação de postos de trabalho, terceirização, metas mais cruéis. Para a sociedade significa taxas de juros maiores, retirada de investimentos em programas sociais como Minha Casa Minha Vida, menos financiamento aos pequenos e médios produtores agrícolas, menos operações de crédito para apoiar a volta do crescimento e o incentivo à atividade econômica.

A intenção do governo ilegítimo, já anunciada, é preparar o BB e outras empresas para a privatização. É a retomada do projeto neoliberal implantado no governo FHC, que teve como característica sete anos de congelamento salarial, eliminação de quase 50 mil postos de trabalho no BB, privatização de setores inteiros da economia (siderurgia, mineração, transporte ferroviário, telecomunicações) e a venda de patrimônio público a preço de liquidação.

A próxima campanha salarial vai ser a prova de fogo. Será preciso muita resistência e luta para preservar as nossas conquistas e direitos e garantir aumento real de salário. A disposição dos delegados ao 27º Congresso é de organizar esta luta junto com todos os bancários.

Seminário une BB e Caixa contra as ameaças aos bancos públicos

Bancários do BB em conjunto com os empregados da Caixa participaram do 1º Seminário Nacional em Defesa dos Bancos Públicos, organizado pela Contraf-CUT, realizado antes da abertura do 27º Congresso do BB e 32º Conecef. Debateram a conjuntura política e econômica, as sérias ameaças de desmonte e privatização que pairam sobre as empresas e bancos públicos com o governo de interino de Michel Temer e as alternativas de resistência. Entidades da sociedade civil, como a UNE – União Nacional dos Estudantes e MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra também participaram do Seminário.

Compuseram as mesas, o economista Marcio Pochmann, ex-presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), Fernando Nogueira, professor titular do Instituto de Economia (IE) da Unicamp e Ladislav Dowbor, economista e professor da PUC-SP, o cientista social Emir Sader



Roberto von der Osten, presidente da Contraf-CUT, abriu o Seminário

e a deputada federal Érica Kokay (PT). Pelos movimentos populares falaram Mariana Dias, secretária de relações internacionais da UNE e Gilmar Mauro, coordenador do MST.

Os debatedores destacaram o interesse que o setor financeiro tem no desmanche dos bancos públicos, que cresceram nos últimos anos, as altas taxas de juros que transferem recursos do país para os mais ricos, as ameaças a organização dos trabalhadores, com a

criminalização dos movimentos sociais, a falta de representação no Congresso, que hoje é composto prioritariamente por parlamentares alinhados com os inimigos dos trabalhadores.

Ressaltaram também a necessidade de se estabelecer o debate com a sociedade, denunciar os interesses por trás do golpe que levou Temer ao poder e conscientizar a população sobre a importância de defender o patrimônio que é de todos os brasileiros.

Defesa da Cassi impede retrocessos e mantém princípios

Em 2015 e no começo deste ano os associados tiveram que enfrentar um duro debate com o BB sobre o déficit na Cassi. O banco queria congelar suas contribuições e aumentar somente as dos associados. As entidades sindicais e associativas conseguiram impedir o corte de direitos, de serviços e ainda barrar o aumento unilateral das contribuições.

Em intensas negociações, impediram retrocessos, cortes de programas, como o de atendimento a doentes crônicos,

de medicamentos e principalmente que a solidariedade fosse quebrada, com a instituição de contribuição por faixa etária e por dependente.

A posição firme da Comissão de Empresa, dos sindicatos e dos dirigentes eleitos também fez com o que o banco antecipasse recursos do 13º, que deram algum fôlego ao orçamento da Cassi. As negociações estão sendo retomadas em julho e esta mesma postura será mantida, em defesa dos direitos dos associados.

No 27º Congresso foram definidas as prioridades para as negociações de Saúde na Campanha Nacional e de defesa da Cassi:

- Fortalecer os princípios de solidariedade, de tratamento igualitário a todos e que a mensalidade siga representando o mesmo percentual sobre o salário ou aposentadoria.
- Proposta que o BB remunere a Cassi para atuar de forma mais incisiva em campanhas de prevenção à saúde nos locais de trabalho. A parceria com o banco precisa ir além do exame periódico e das vacinações.
- Cassi para todos os funcionários vindos de bancos

incorporados.

- Ampliação para todos os trabalhadores do check-up anual patrocinado pelo Banco do Brasil aos administradores, diretores e executivos.
- Inclusão de plano de cobertura odontológica na Cassi ampliando o atendimento a aposentados, dependentes e familiares, gerando receita para o Plano Associados.
- Os funcionários oriundos de bancos incorporados deverão ser assistidos pelo Programa Estratégia de Saúde da Família, assim como pelos demais programas promovidos pela Cassi
- Manutenção da proposta apresentada pelos dirigentes eleitos na Mesa de Negociações de 2015 propondo a ampliação do modelo de Estratégia de Saúde da Família e mudanças estruturais visando melhorias na gestão da Cassi
- Instalação de mesa com o BB sobre o Economus



Debate do Grupo Cassi e Saúde Suplementar durante o Congresso

Governo interino quer destruir representação dos associados na Previ

As últimas semanas foram dominadas, no Congresso Nacional, pelo debate sobre as regras de governança dos fundos de pensão de empresas estatais. O objetivo do governo interino é reduzir a representação dos participantes nos conselhos deliberativo e fiscal e na diretoria, entregando a gestão do patrimônio e dos planos de benefícios para agentes do mercado financeiro.

O Senado Federal juntou dois projetos de lei, de autoria dos senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e Paulo Bauer (PSDB-SC), e aprovou em abril deste ano um projeto “Frankenstein” que eliminava 1/3 das vagas de representação dos participantes e proibia a eleição de diretores, para entregá-las ao mercado financeiro. Quiseram trazer as raposas para tomar conta do galinheiro e fragilizar o poder de fiscalização e gestão dos associados.

O projeto foi encaminhado para a Câmara dos Deputados, como PLP 268. A resistência dos participantes foi forte, enviando milhares de e-mails, fazendo ligações, manifestações públicas e reuniões com deputados. Contraf-CUT, Comissão de Empresa do BB, sindicatos, associações de aposentados e Anapar pressionaram os deputados, apresentaram sugestões de emendas para manter a paridade de representação em todos os órgãos de gestão. Até o fechamento desta edição ainda não tínhamos o resultado final da votação.

O lamentável da história é que houve dirigentes eleitos da Previ e de entidades dos funcionários cerrando fileiras com o senador Paulo Bauer e aos seus ataques aos direitos dos associados.



Temer ataca a Previdência Social

O governo interino em mais um de seus movimentos para agradar o mercado financeiro, quer reformar a Previdência Social. Sua intenção é reduzir os benefícios de mais de 32 milhões de segurados que recebem aposentadoria, pensão, auxílio-doença, acidente de trabalho e outros benefícios. Com isto, sobrarão mais dinheiro para pagar juros aos bancos e milionários credores da dívida pública.

As propostas são cruéis. Estabelece idade mínima de aposentadoria de 65 anos para homens e mulheres, desvinculada o piso previdenciário do salário mínimo e acaba com o ganho real do salário mínimo.

O governo interino baseia suas propostas em uma mentira, de que há déficit na Previdência. Os números mostram o contrário: em 2014, as receitas com impostos e contribuições destinadas à seguridade social foram de R\$ 686 bilhões, enquanto as despesas foram de R\$ 632 bilhões. Se há reforma a ser feita, não é na Previdência, mas na taxa de juros paga ao mercado financeiro.

Diretor renuncia e Previ convoca eleições

O diretor de Planejamento da Previ, Décio Bottechia, eleito pelos associados em 2014, renunciou ao seu mandato no dia 16 de fevereiro alegando “motivos de saúde”.

A Previ já deu início a novo processo eleitoral e definiu que a votação acontecerá de 26 de agosto a 15 de setembro.

Congresso Nacional quer destruir direitos dos trabalhadores

O atual Congresso Nacional é o mais conservador da história recente do Brasil. As ameaças aos trabalhadores são graves, direitos consolidados há décadas podem ser derrubados ou alterados radicalmente. Segundo o DIAP, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, há 55 projetos de lei que, se aprovados, podem destruir direitos sociais e trabalhistas, privatizar estatais e eliminar conquistas que os movimentos sindical e social lutaram muito para conseguir.

Dos 513 deputados eleitos em 2014, somente 46 são oriundos do movimento sindical e identificados com as questões dos trabalhadores. Do outro lado, há 190 deputados empresários e 139 grandes proprietários rurais. No Senado o quadro é parecido. Esta composição retrata o modelo de financiamento das campanhas políticas no Brasil, empresas bancam as campanhas e depois cobram a aprovação de projetos de lei de seu interesse. Também são muitas as denúncias de compra de votos para aprovar leis que atendam interesses específicos.

O Congresso Nacional, que deveria ser o espaço de representação dos interesses de toda a sociedade, hoje atende as demandas dos grandes empresários, fazendeiros e investidores do mercado financeiro.



Atacar direitos e reduzir salários

Vários projetos de lei querem enfraquecer os sindicatos e submeter cada trabalhador individual aos desmandos do seu patrão. Querem acabar com os direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a todos os trabalhadores e autorizar as empresas a deixar de cumprir a legislação.

O PL 4193 quer autorizar os sindicatos a fazer acordos para permitir às empresas não cumprirem a lei. Na mesma linha, há projetos de lei para permitir a negociação direta entre o trabalhador individual e o patrão sem a presença do sindicato, para impedir o empregado demitido de recorrer à Justiça do Trabalho, para criar o Simples Trabalhista (trabalhador com direitos reduzidos), para criar a jornada parcial de trabalho e o trabalho temporário, para reduzir jornada de trabalho com redução de salário, para legalizar jornada flexível e deixar o trabalhador 24 horas à disposição do patrão. Se tudo for aprovado, faltará pouco para voltar a escravidão.

Um dos projetos suspensos pela forte mobilização dos trabalhadores é o da terceirização desenfreada, a antiga PL 4330. Hoje as empresas só podem terceirizar atividades-meio, que não integram a sua atividade econômica principal. Se o projeto vingar, pois hoje tramita no senado federal com consulta em seu site (PLC30), a categoria bancária pode acabar. A aprovação desse projeto pode levar os bancos a só contratar terceirizados com salários, direitos e benefícios reduzidos, uma realidade muito diferente da que temos, graças às garantias da Convenção Coletiva de Trabalho.

Privatização, entrega do pré-sal às multinacionais, ataque a direitos sociais e de minorias. Fique de olho, participe e não deixe destruírem o Brasil e nossos direitos.

As entidades sindicais vêm organizando manifestações, paralisações e mobilizações para deter esta pauta-bomba que pode explodir no colo da população brasileira. Confira o que está em jogo e participe das atividades de seu sindicato.

Expediente

O ESPELHO NACIONAL É EDITADO SOB A RESPONSABILIDADE DA CONTRAF/CUT. Presidente: Roberto von der Osten. Secretário de Imprensa: Gerson Pereira. Edição: Maria Ester Costa (MTb 23.084). Arte: Guilherme Hilário Fotos: Jailton Garcia e Guina Ferraz Impressão: Bangraf Tiragem: 70 mil exemplares. Se você não recebe O Espelho Nacional ou tem comentários e sugestões, fale conosco: imprensa@contrafcut.org.br (R. Libero Badaró, 158, 1º andar, São Paulo, SP, CEP 01008-000). Para saber mais acesse: www.contrafcut.org.br. Apoio: Sindicato dos Bancários de São Paulo. Osasco e Região